
	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2023 NO ESTADO DO CEARÁ DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO NA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.


Às quinze horas e quarenta minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e quatro, nos Auditórios 2 e 4 – Deputados Almir Pinto e Abelardo Costa Lima, do Complexo de Comissões Técnicas Permanentes, e pela Plataforma de Reunião Virtual – PRV, **sob a presidência do Deputado Sérgio Aguiar**, deu-se início à Audiência Pública para Demonstração do Cumprimento das Metas Fiscais dos Poderes e do Ministério Público Referentes ao Terceiro Quadrimestre de 2023 no Estado do Ceará. Compuseram a Mesa o presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, Deputado Sérgio Aguiar, o Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, Fabrício Gomes Santos, o Excelentíssimo Senhor Secretário-Executivo do Tesouro e Metas Fiscais, Márcio Cardeal Queiroz da Silva e os Deputados Guilherme Sampaio e Romeu Aldigueri. Registrou-se a presença do Deputado De Assis Diniz, que participou por meio da Plataforma Virtual. Registrou-se a presença, ainda, dos demais técnicos da Secretaria da Fazenda que se fizeram presentes. Aberta a Audiência Pública, o Deputado Sérgio Aguiar ressaltou que a audiência ocorria em cumprimento ao artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, e apresentou seus cumprimentos a todos os servidores públicos ali presentes, em especial os servidores da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. Após a abertura dos trabalhos, o Deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, Fabrício Gomes, para que ele fizesse a exposição sobre os resultados fiscais do terceiro quadrimestre de 2023. Em sua exposição, o Exmo. Sr. Fabrício Gomes analisou o perfil das contas públicas do Estado do Ceará, avaliando as Receitas, as Despesas, os Investimentos, a Dívida Pública, o Resultado Primário, as Operações de Crédito, os Gastos com Educação, Saúde, Pessoal e todas as outras matérias pertinentes à saúde financeira do Estado do Ceará. Entre os pontos mencionados, merece destaque o fato de que o Exmo. Sr. Fabrício Gomes ressaltou, no início de sua fala, a competência dos servidores fazendários do Estado, cuja importância teria sido questionada em alguma audiência realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Assim, o secretário esclareceu o conceito de espaço fiscal e explicou que a reestruturação da dívida que foi realizada no Estado do Ceará irá gerar uma economia para os cofres públicos do Estado. Quanto aos resultados de 2023, o Exmo. Sr. Fabrício Gomes ponderou que 2023 foi um ano difícil para todos os estados e municípios do Brasil, tendo em vista as perdas de arrecadação decorrentes da aprovação das Leis Complementares n.º 192 e 194 no ano de 2022, que afetaram a arrecadação nos setores de combustível, energia elétrica e comunicação. Não obstante a dificuldade citada, o Estado do Ceará conseguiu resultados positivos no que diz respeito à gestão fiscal do ano de 2023. Nesse sentido, a receita corrente no ano de 2023 ficou em torno de 33,6 bilhões de reais, correspondendo a crescimento de cerca de 5,6% em comparação com o ano de 2022. Dentre as principais receitas do Estado, o secretário destacou as receitas de arrecadação própria e as transferências correntes. No que diz respeito às transferências correntes recebidas do Governo Federal no ano de 2023, houve um crescimento de 5,17% em relação ao ano de 2022, o que seria um crescimento relativamente pequeno quando comparado com a inflação para o mesmo período. No que diz respeito à arrecadação própria, o ICMS foi muito impactado pela queda de arrecadação nos setores de energia, combustível e comunicação, sendo estimada uma perda de arrecadação de cerca de 1,8 bilhão de reais no ano de 2023. Tal perda, de acordo com o secretário, também afeta os municípios do estado, haja vista que 25% da arrecadação do ICMS é transferida aos municípios. Em relação às despesas, foi registrada uma despesa corrente de cerca de 30,8 bilhões de reais em 2023, de modo que, frente a --

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

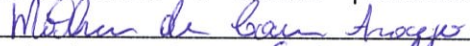
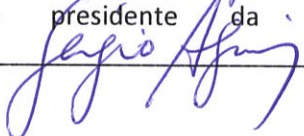
Ata da Audiência Pública para a Apresentação do Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2023 no Estado do Ceará

receita corrente de 33,6 bilhões, seria possível concluir que o Estado do Ceará teve uma poupança corrente estimada em 2,8 bilhões de reais no ano de 2023. Quanto aos investimentos do Estado do Ceará, o Exmo. Sr. Fabrízio Gomes destacou que, mesmo sendo um ano difícil, o Estado do Ceará, por meio de contenções e reduções de custeio, conseguiu realizar investimentos na ordem de 2,7 bilhões de reais no período. Em relação aos indicadores fiscais da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), o secretário afirmou que o Estado do Ceará cumpriu 100% (cem por cento) das metas no ano de 2023. Quanto ao resultado primário do Estado em 2023, foi destacado que, nesse ano, houve um superavit primário de 426 milhões de reais. O secretário afirmou ainda que, no período de 2015 a 2023, o total de superavit primário do Estado do Ceará foi de quase 10 bilhões de reais, o que possibilitou a realização de investimentos por parte do Governo do Estado. Quanto ao resultado nominal, o montante verificado em 2023 ficou em 851 milhões de reais, sendo esse o 7º melhor resultado nominal do país, o que demonstra uma expressiva redução da dívida do Estado do Ceará no período analisado. Ainda, afirmou-se que, de 2019 a 2023, pelo conceito adotado atualmente, o Estado do Ceará teria reduzido a sua dívida em 6,1 bilhões de reais. Em relação à despesa com pessoal, o percentual registrado para o ano de 2023 foi de 44,82%, no que diz respeito ao Poder Executivo, e de 52,91%, quando se analisa todos os poderes do Estado, sendo que ambos os valores estão abaixo do limite máximo previsto na LRF. Quanto aos gastos com saúde, o percentual ficou em 16,63%, sendo que o mínimo previsto na Constituição é de 12%. Quanto aos gastos com educação, a Constituição exige um percentual mínimo de 25% e foi executado um percentual de 25,77%. Teria havido, portanto, um cumprimento das metas em relação aos gastos mínimos tanto com saúde como com educação. Quanto ao endividamento, o Exmo. Sr. Fabrízio Gomes afirmou que o Estado do Ceará vem conseguindo reduzir o percentual tanto de sua dívida consolidada quanto de sua dívida consolidada líquida frente a receita corrente líquida do Estado. No ano de 2023, o percentual da dívida consolidada líquida no Ceará ficou em 29,37% da receita corrente líquida, o que seria um baixo percentual de endividamento em comparação com estados do Sul e Sudeste do Brasil, sendo que alguns estão em regime de recuperação fiscal, com uma dívida acima de 150% de sua receita corrente líquida, e que o percentual máximo previsto na LRF é de 200%. Além disso, o secretário afirmou que o Estado do Ceará é um Estado que apresenta um dos menores percentuais na relação de precatórios com a receita corrente líquida, com um percentual de apenas 2%, o que demonstraria que o Ceará honra com seus compromissos. Outro relatório apresentado foi o relatório de Disponibilidade de Caixa em razão da Receita Corrente Líquida, que demonstrou que o Estado do Ceará seria o 8º melhor Estado do país nesse quesito, contando com um montante de cerca de 5,8 bilhões de reais de disponibilidade de caixa. Quanto à nota CAPAG (capacidade de pagamento) do Estado do Ceará, o secretário afirmou que os resultados até então apresentados habilitam o Ceará a pleitear que sua nota CAPAG suba da nota B para a nota A, de modo que a Secretaria da Fazenda providenciará um ofício solicitando uma antecipação da avaliação do Tesouro Nacional para que a nota CAPAG do Ceará possa ser reavaliada. Por fim, o Exmo. Sr. Fabrízio Gomes reafirmou o compromisso do Governo com a Gestão Fiscal, de modo que foi possível não apenas manter a sustentabilidade fiscal do Estado, mas também apresentar uma melhoria nos indicadores fiscais do Estado do Ceará no ano de 2023. Retomando a palavra, o Deputado Sérgio Aguiar agradeceu a fala do Secretário da Fazenda e reforçou a importância dos servidores da Sefaz na sustentabilidade econômica do Estado, demonstrando seu apoio contra qualquer fala que tenha sido pronunciada em desprezo a tais servidores. Ato contínuo, o presidente desta audiência pública, Deputado Sérgio Aguiar, concedeu o uso da palavra ao Deputado De Assis Diniz, que reconheceu e enalteceu a importância dos servidores da Sefaz para a boa gestão do Estado, criticando debates com conteúdo --



	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

Ata da Audiência Pública para a Apresentação do Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2023 no Estado do Ceará

ideológico que tenham questionado a gestão fiscal do Ceará. Após a fala do Deputado de Assis Diniz, o presidente concedeu o uso da palavra ao Deputado Guilherme Sampaio, que ressaltou a responsabilidade fiscal do Estado do Ceará, afirmando que, ao longo dos anos, o Estado do Ceará vem crescendo em higidez fiscal. O Deputado Guilherme Sampaio destacou, ainda, a mudança na legislação do ICMS aprovada pelo Governo Federal anterior, o que gerou uma perda de quase 2 bilhões de reais para o Estado do Ceará, impactando fortemente as contas públicas. Por fim, o Deputado Guilherme Sampaio destacou que, apesar das dificuldades, o ano de 2023 teria sido muito exitoso para a gestão fiscal do país, com a aprovação do novo arcabouço fiscal e a aprovação de medidas de justiça tributária no Brasil, como o aumento da faixa de isenção do imposto de renda e a taxação dos fundos de grandes investidores. Além disso, no ano de 2023 teria ocorrido uma reabertura dos mercados internacionais pela boa diplomacia feita pelo Governo e a apresentação do Brasil como *player* global no que diz respeito à economia verde, o que demonstrariam alguns êxitos da política econômica do Brasil no período. Por fim, o Deputado Guilherme Sampaio questionou o Exmo. Sr. Fabrício Gomes sobre os próximos passos da reforma tributária, os riscos e as oportunidades envolvidas nesses próximos passos e o papel do Ceará especificamente em relação a esses riscos e a essas oportunidades que surgirão na discussão dessa regulamentação. Havendo sido concluída a fala do Deputado Guilherme Sampaio, o presidente concedeu o uso da palavra ao Exmo. Sr. Fabrício Gomes para que ele pudesse responder aos questionamentos e fazer suas considerações finais. O Secretário da Fazenda, então, afirmou que o Estado do Ceará está em um desafio para se recuperar dos impactos da aprovação das Leis Complementares n.º 192 e 194, mas destacou os êxitos do Estado na gestão fiscal para o período, especialmente no que diz respeito às negociações junto ao Governo Federal. Quanto à Reforma Tributária, em médio prazo o desafio seria a transição tributária para o novo imposto até no ano de 2031 e, no longo prazo, o desafio seria a transição federativa quanto a arrecadação de imposto entre estados, que deve ocorrer até o ano de 2078. Para concluir, o Exmo. Sr. Fabrício Gomes agradeceu o apoio dos Deputados se colocou à disposição da Casa. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença dos convidados, dos parlamentares e demais presentes. E, para constar, eu, Matheus de Lavor Araújo , secretário, lavrei a presente Ata, que após lida será assinada pelo presidente da Audiência Pública, Deputado Sérgio Aguiar .